

Dívida externa cresce 57% em seis anos

MÔNICA MAGNAVITA

O Brasil transferiu para o exterior nos últimos seis anos US\$ 55,4 bilhões, líquidos. Isto é, a diferença entre os dólares que ingressaram no País e os que foram remetidos entre 1983 e 1988. Neste mesmo período, a dívida externa (registrada) do País subiu nada menos do que 57%, passando de US\$ 70,2 bilhões para US\$ 110 bilhões em dezembro do ano passado. Explicar a falta de sintonia entre o transferido e o devido não é difícil, pois além de não amortizar um único centavo de sua dívida privada neste período, o Governo contraiu mais débitos.

O mais delicado está sendo encontrar saídas politicamente viáveis para pôr um ponto final neste problema, apesar do consenso entre a comunidade financeira internacional, de que a situação dos devedores é insustentável. Principalmente porque as perspectivas a curto e médio prazos são de que a crise política e econômica dos países da América Latina venham a dificultar uma ne-

gociação em bases mais favoráveis aos devedores.

Além disso, como deixou claro o Vice-Presidente do Bank of America para o Cone Sul, Joel Korn, sem um programa de estabilização eficaz, os países latinos não receberão mais um tostão dos bancos. Korn disse que os bancos e o Governo dos EUA vão testar os efeitos desta política no México, país que está obtendo êxito no seu programa.

O ano passado foi particularmente desastroso para as contas externas brasileiras, uma vez que todos os itens de transferência subiram em relação a 1987, como demonstra a tabela elaborada por Paulo Nogueira Batista Júnior, Chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional, do Ibre, da Fundação Getúlio Vargas. Por exemplo, só de juros (entre os itens que compõem o total de transferência de US\$ 55 bilhões, este é o que tem maior contribuição), o País pagou US\$ 1,1 bilhão a mais do que no ano anterior.

A libor média (taxa interbancária de Londres) saiu de 6,5% em 1986, para 7,6% em 87 e 10% no ano passa-

do. Esta escalada é preocupante, porque a maior parte da dívida brasileira foi contraída sobre a libor e apenas 15% sobre a prime americana. O pior, segundo Batista Júnior, é que neste ano, a despesa de juros tende a aumentar.

Um detalhe: o pagamento de juros em 87 (ano da moratória) aparece na tabela com um volume significativo porque Batista Júnior incluiu no item juros os US\$ 4,1 bilhões da moratória que deveriam ter sido pagos aquele ano. Este mesmo montante aparece como tendo sido refinanciado no item cinco da tabela.

As transferências de recursos reais, item que aparece na outra tabela, não significa remessa para o exterior. Parte deste dinheiro vai para acumulação de reservas e outra para pagamentos ao exterior. A relação desta transferência sobre a economia fica mais clara quando se compara as taxas de investimento. Na década passada, quando havia um ingresso líquido de capital no País, a taxa de investimentos em proporção ao PIB girava em torno de 22%. Ano passado, caiu para 17%.

Transferência de recursos financeiros ao exterior

Os resultados de 1987 incluem todos os pagamentos que deveriam ter sido feitos neste período, apesar da moratória. Os US\$ 4,1 bilhões de juros suspensos aparecem refinaciados no item 5, que registra o ingresso líquido de capital estrangeiro no País entre 1983 e 1988.

DISCRIMINAÇÃO	(em US\$ bilhões)						
	1983	1984	1985	1986	1987*	1988*	TOTAL
1. Juros	9,6	10,2	9,7	9,3	8,8	9,9	57,5
2. Lucros e dividendos **	0,8	0,8	1,1	1,4	0,9	1,7	6,7
3. Outros serviços de fatores (líq.)	0,8	0,5	0,6	0,9	0,8	0,7	4,3
4. Pagamentos totais (1+2+3)	11,2	11,5	11,4	11,6	10,5	12,3	69,5
5. Ingresso líquido de capital estrangeiro ***	3,9	9,0	-0,6	1,1	1,9	-2,2	13,1
6. Transferência de recursos financeiros (4-5)	7,3	2,5	12,0	10,5	8,6	14,5	55,4

* Preliminar

** Exclui lucros reinvestidos

*** Inclui capitais autônomos, erros e omissões, capitais compensatórios e transferências unilaterais. Exclui reinvestimentos

FONTE: Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional/Ibre/FGV. Com base nos dados do Banco Central.